

RELATÓRIO & CONTAS 2018

VISÃO GLOBAL PARA SOLUÇÕES INOVADORAS



Ao longo de quase **100 anos de atividade** no mercado segurador, a linha de crescimento da Costa Duarte revela uma evolução contínua no acompanhamento das novas exigências.

A **integração das novas gerações** confirma o espírito de renovação.

O **aprofundamento das parcerias internacionais** demonstra a visão ampla no desenho de soluções inovadoras.

Estas realidades marcam um reforço do posicionamento da **Costa Duarte no mercado local e global**.



CRESCER
continuamente
em experiência
e competência



SER
um caso
de sucesso com
quase 100 anos



INOVAR
para conquistar
o futuro



TER
uma equipa
competente e
especializada



CRIAR
soluções
de proteção



FAZER
gestão de risco
à medida de
cada Cliente

1. O Mercado
2. A Costa Duarte
3. Responsabilidades com o Estado e com a Segurança Social
4. Proposta de Aplicação dos Resultados
5. Referências Finais



De acordo com as disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à aprovação de V. Exas. o Relatório e Contas relativo ao exercício de **2018**.

1. O MERCADO

No ano de 2018, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 12,9 mil milhões de euros, refletindo um acréscimo de 11,7% face ao valor verificado em 2017, conforme informação sobre produção de seguro direto em Portugal por ramos publicada a 17JAN2019 pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões:

u.m.: milhares de Euros

	2015	2016	2017	2018 *	Varº
Vida	8 670 933	6 677 410	7 088 576	8 114 153	14,5%
Seguro de Vida	6 522 123	4 991 079	4 900 162	6 346 203	29,5%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	2 148 113	1 686 331	2 187 101	1 767 170	-19,2%
Operações de Capitalização	697	0	1313	780	-40,6%
Não Vida	3 993 196	4 194 198	4 493 706	4 826 942	7,4%
Acidentes e Doença	1 354 055	1 482 196	1 631 713	1 790 366	9,7%
Acidentes Trabalho	555 938	623 952	705 189	800 618	13,5%
Doença	633 138	693 770	751 466	807 089	7,4%
Acidentes (Outros)	164 979	164 474	175 058	182 659	4,3%
Incêndio e Outros Danos	763 772	778 658	804 454	847 763	5,4%
Automóvel	1 470 746	1 522 149	1 610 396	1 718 170	6,7%
Marítimo e Transportes	25 014	24 633	25 826	25 347	-1,9%
Aéreo	6 850	6 215	7 045	7 195	2,1%
Mercadorias Transportadas	22 645	21 558	21 296	20 807	-2,3%
Responsabilidade Civil Geral	112 420	116 284	127 071	132 318	4,1%
Diversos	237 694	242 505	265 905	284 976	7,2%
Total (Vida e Não Vida)	12 664 129	10 871 608	11 582 282	12 941 095	11,7%

* Valores Provisórios

O ramo Vida voltou a registar um crescimento, decorrente essencialmente do verificado nos seguros não ligados a fundos de investimentos.

Repetindo a tendência dos últimos quatro anos, também os ramos Não Vida apresentaram um aumento da produção, sendo de destacar:

- nos Acidentes de Trabalho, terá permitido a recondução à situação de equilíbrio técnico nesta anuidade, ainda que não igualmente distribuído por todos os Seguradores;
- na Saúde, continua-se a assistir a um crescimento consolidado, decorrente duma maior procura das empresas e das pessoas a este tipo de benefícios, acompanhado por uma oferta diversificada e inovadora de novos produtos;
- no Automóvel, apesar do crescimento do volume de prémios, o agravamento da sinistralidade terá condicionado o equilíbrio técnico do ramo.

Por outro lado, o mercado Não Vida continua a evidenciar uma crescente concentração e dos Seguradores sob supervisão da ASF, os dez primeiros dispõem de uma quota de mercado de 85%, conforme evidenciado no quadro abaixo:

u.m.: milhões Euros

Ranking	Segurador	2017	2018 *	Variação	Quota de Mercado
Total Geral		4 493,71	4 826,94	7,4%	100,0%
1º	Fidelidade	1 167,52	1 271,17	8,9%	26,3%
2º	Seguradoras Unidas	680,80	745,96	9,6%	15,5%
3º	Allianz	408,38	423,56	3,7%	8,8%
4º	Ocidental Seguros	305,06	330,35	8,3%	6,8%
5º	Ageas Seguros	282,76	301,64	6,7%	6,2%
Top 5		2 844,52	3 072,68	8,0%	63,7%
6º	Liberty	312,36	291,90	-6,6%	6,0%
7º	Zurich Insurance	236,14	264,23	11,9%	5,5%
8º	Lusitania Seguros	188,99	202,90	7,4%	4,2%
9º	Generali	142,03	153,10	7,8%	3,2%
10º	CA Seguros	107,46	117,41	9,3%	2,4%
Top 10		3 831,50	4 102,22	7,1%	85,0%

* Produção Provisória

Do ponto de vista legislativo, com efeitos a 1 de Outubro de 2018, foi publicada a Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, que procede à transposição da Diretiva sobre a Distribuição de Seguros – Diretiva

(UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de janeiro de 2016 «DDS» – e que, nesse âmbito, aprova o novo regime jurídico que regula as condições de acesso e de exercício da atividade da distribuição de seguros ou de resseguros «RJDSR».

O RJDSR substitui o anterior regime de acesso e exercício da atividade de mediação de seguros e resseguros constante do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, diploma que é revogado pela lei agora publicada.

2. A COSTA DUARTE

A Costa Duarte desenvolve a atividade de corretagem de seguros, posicionando-se como um dos principais operadores portugueses do mercado, com sede em Lisboa e escritórios no Porto e também em Luanda, através da associada Inter Risk de Angola.

O volume de prémios da Costa Duarte e da Inter Risk de Angola que não consolidamos, continua a registar um crescimento orgânico sustentado, representando mais de 60 milhões de Euros, sendo gerido com uma cultura de equipa orientada para um serviço dinâmico e profissional ao cliente.

Numa economia global, somos membros fundadores das maiores e mais sólidas networks internacionais, envolvendo alguns dos principais corretores de seguros do top 10 mundial, em especial:



Estas parcerias permitem manter uma proximidade com toda a estrutura dos clientes, quer através da centralização e coordenação dos programas internacionais, quer das equipas no terreno que asseguram a sua implementação e assistência às necessidades locais, bem como o acesso a soluções e produtos inovadores não disponíveis no mercado português.

São muitos os destinos onde, sob a nossa coordenação, os nossos parceiros colocam seguros, na Europa – Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Irlanda, Reino Unido – na América do Sul –

Brasil – no Médio Oriente – Dubai e em África – Angola, Cabo Verde, Moçambique e Togo – entre outros.

Factos Relevantes:

- O exercício de 2018 fica marcado pelo cumprimento do orçamento, merecendo especial relevância o crescimento de 11% do volume de negócio, fruto da angariação de novas contas, da capacidade de retenção de clientes existentes e de sinergias decorrentes das parcerias internacionais;
- A formação profissional dos colaboradores continuou a merecer especial atenção, tendo sido realizadas diversas ações totalizando 531 horas;
- Participação em diversas conferências, seminários e reuniões de trabalho nas áreas de benefícios sociais, crédito e energia, tanto em Portugal como no estrangeiro;
- Ao nível do *risk management* foram promovidas regularmente análises para identificação dos riscos inerentes às atividades de diversos clientes, de modo a avaliar as condições e medidas de prevenção implementadas;
- No que diz respeito ao Regulamento Geral de Proteção de Dados «RGPD», foram adotados os procedimentos em matéria de organização, comunicação e responsabilização necessários ao cumprimento destas regras tendo sido atualizadas, entre outras, as políticas de tratamento de dados pessoais, política de privacidade, política de branqueamento de capitais e prevenção do terrorismo;
- Na área do digital, merece destaque o lançamento da plataforma My Costa Duarte, permitindo aos clientes consultar informação sobre os seus seguros, nomeadamente carteira de apólices, recibos de prémio e sinistros participados;
- Desenvolvimento de funcionalidades WebServices com a maioria dos seguradores, procurando uma integração mais efetiva entre sistemas, eliminando-se assim a redundância de tarefas e incrementando-se a precisão da informação da nossa base de dados;
- No âmbito da solidariedade social, mantém-se a colaboração com a Cercica e com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome.

Valor dos Proveitos Operacionais:

O valor dos proveitos operacionais foi de 5.195.681 €.

Total dos Custos Operacionais:

O total dos custos operacionais atingiu o montante de 3.803.628 €.

Nas principais rubricas, verificou-se um aumento de 6% nos Fornecimentos e Serviços Externos e de 7% nos Custos com Pessoal, estando considerado o reforço do plano de pensões em 125.000€.

Os planos para complemento de reforma, estão materializados através de apólices que apresentavam um saldo de 1.950.000 €, em 31 de Dezembro de 2018.

O número médio de colaboradores foi de 52 pessoas, incluindo os administradores executivos.

Perspetiva 2019:

Na linha dos objetivos estratégicos definidos, a Costa Duarte encara o futuro com entusiasmo, mantendo o foco no serviço ao cliente e na salvaguarda firme dos seus interesses, procurando antecipar os desafios do setor, assente em crescimento orgânico sustentado, através duma abordagem comercial ativa na angariação de novos clientes e na retenção da carteira existente.

Continuaremos igualmente comprometidos com a atividade internacional nas diferentes geografias e com a Inter Risk em Angola.

Ao nível do *compliance*, aguarda-se que a ASF proceda à publicação da regulamentação do RGPD e do RJDSR, para proceder às adaptações que se revelem necessárias, decorrentes da entrada em vigor destes normativos.

3. RESPONSABILIDADES COM O ESTADO E COM A SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2018, a Costa Duarte não tem quaisquer dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Segurança Social.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Costa Duarte apurou um resultado líquido do exercício de 1.044.777 €, já deduzido da gratificação especial de balanço atribuída aos colaboradores no montante 160.000 €.

O conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício, tenha a seguinte aplicação:






- Resultados Transitados 60.777 €
- Dividendos 984.000 €

5. REFERÊNCIAS FINAIS

O conselho de administração manifesta os seus agradecimentos aos clientes pela preferência e confiança depositada, aos seguradores pela colaboração prestada, aos colaboradores pelo entusiasmo e dedicação revelados, aos acionistas pelo estímulo e apoio evidenciado e aos restantes membros dos órgãos sociais pelo acompanhamento e disponibilidade demonstrado.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2019

O Conselho de Administração

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2018	2017
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	108 721	136 436
Outros investimentos financeiros	7	303 804	2 398
Total do activo não corrente		<u>412 525</u>	<u>138 834</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	9 e 24	214 322	474 901
Outras créditos a receber	9 e 24	55 677	225 741
Diferimentos	10	36 765	16 483
Caixa e depósitos bancários	4	2 066 957	2 457 228
Total do activo corrente		<u>2 373 722</u>	<u>3 174 353</u>
Total do activo		<u>2 786 247</u>	<u>3 313 187</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	11	123 000	123 000
Reserva legal	11	24 600	24 600
Outras reservas	11	100 000	100 000
Resultados transitados	11	142 786	96 875
		<u>390 386</u>	<u>344 475</u>
Resultado líquido do exercício		1 044 777	845 411
Total do capital próprio		<u>1 435 163</u>	<u>1 189 886</u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14 e 24	296 230	820 446
Estado e outros entes públicos	15	166 003	195 559
Outras dívidas a pagar	14 e 24	888 851	1 097 296
Total do passivo corrente		<u>1 351 084</u>	<u>2 113 301</u>
Total do passivo		<u>1 351 084</u>	<u>2 113 301</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>2 786 247</u>	<u>3 303 187</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Quintins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

J. L. M.
J. L. M.
H. L. M.
A. L. M.
A. L. M.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Serviços prestados	17	5 184 046	4 688 569
Fornecimentos e serviços externos	18	(997 782)	(941 273)
Gastos com o pessoal	19	(2 660 206)	(2 479 061)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(9 840)	-
Outros rendimentos	20	11 636	4 925
Outros gastos	21	(135 800)	(127 561)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 392 054	1 145 600
Gastos de depreciação	6	(48 138)	(52 165)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 343 915	1 093 435
Juros e rendimentos similares obtidos	22	11 330	11 831
Resultado antes de impostos		1 355 245	1 105 266
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(310 468)	(259 855)
Resultado líquido do exercício		1 044 777	845 411
Resultado básico por acção	23	42,47	34,37

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Padrões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

J. L. A.
João L. A.
Alfonso L. A.
Catrine Gonçalves

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Montantes expressos em Euros)





Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						
Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	123 000	24 600	100 000	66 200	547 274	861 074
Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016	11	-	-	547 274	(547 274)	-
Distribuição de dividendos	11 e 12	-	-	(516 600)	-	(516 600)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	845 411	845 411
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	123 000	24 600	100 000	96 874	845 411	1 189 886
Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017	11	-	-	845 411	(845 411)	-
Distribuição de dividendos	11 e 12	-	-	(799 500)	-	(799 500)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	1 044 777	1 044 777
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	123 000	24 600	100 000	142 786	1 044 777	1 435 163

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Quatins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2018	2017
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes	24.1 b)	5 184 046	4 688 569
Pagamentos a fornecedores		(531 643)	(537 336)
Pagamentos ao pessoal		(2 614 739)	(2 472 154)
Fluxos gerados pelas operações		2 037 664	1 679 079
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(189 747)	(228 358)
Movimentação de depósitos à ordem relativos a fundos de clientes		(407 363)	(511 174)
Outros pagamentos/recebimentos, líquidos		(302 065)	35 315
Fluxos de caixa das actividades operacionais [1]		<u>1 138 489</u>	<u>974 862</u>
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(30 423)	(33 896)
Aplicações financeiras		(300 000)	(400 000)
		<u>(330 423)</u>	<u>(433 896)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		8 500	3 794
Aplicações financeiras		400 000	150 000
Juros e rendimentos similares		27	342
		<u>408 527</u>	<u>154 136</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento [2]		<u>78 104</u>	<u>(279 760)</u>
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
Dividendos	12	(799 500)	(516 600)
		<u>(799 500)</u>	<u>(516 600)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento [3]		<u>(799 500)</u>	<u>(516 600)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		417 092	178 502
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1 054 699	876 197
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	1 471 791	1 054 699

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Partins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

J. U.
Alm. T. G. L. J. S.
Cotrima Goncalves

NOTA INTRODUTÓRIA

A Costa Duarte – Corretor de Seguros, S.A. (“Empresa”), foi constituída em 1 de Outubro de 1997, tem sede em Lisboa e tem como actividade principal a corretagem de seguros.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de Fevereiro de 2019.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”), normas interpretativas (“NI”) consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de Agosto de 2009 e com as alterações introduzidas pela portaria 220/2015, os quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designada genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzidos de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual, quando aplicável, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Anos de vida útil

Equipamento de transporte	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e o valor líquido contabilístico do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Especialização dos exercícios

Os rendimentos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de outros créditos a receber/outras dívidas a pagar e de diferimentos.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Empresa mantém um conjunto de contratos de Aluguer Operacional de Veículos sem condutor (AOV), os quais, face às suas especificidades e de acordo com o preconizado na NCRF 9 - Locações, atendendo nomeadamente ao princípio da substância sobre a forma, são reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas como locações operacionais. Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviço.

A Empresa reconhece o rédito de acordo com as comissões angariadas nas prestações de serviços efectuadas no âmbito da actividade de corretagem de seguros e na elaboração de projectos de consultoria de seguros, sob a forma de honorários.

Prestação de serviços de corretagem de seguros

A Empresa procede ao registo do rendimento gerado com a actividade de corretagem de seguros, no momento em que o tomador de seguro procede ao pagamento do respectivo prémio ao segurador. Nos casos em que o prémio é liquidado directamente pelo tomador de seguro ao segurador, a Empresa procede ao reconhecimento do proveito no momento em que o segurador informa a Empresa deste pagamento.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.6 Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizados de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Cu

- Acréscimo de gastos associados a serviços especializados prestados por terceiros.

3.7 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estar em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

3.9 Benefícios pós-emprego

Nos termos do Contrato Colectivo de Trabalho celebrado entre a APS – Associação Portuguesa de Seguradores e o Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora, a Empresa assumiu o compromisso de constituir Planos Individuais de Reforma e de efectuar contribuições para os mesmos nos termos do referido contrato, as quais são reconhecidas como gasto no período a que respeitam (quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram serviços que lhes conferem o direito aos benefícios).

3.10 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado

Os activos e os passivos financeiros que a Empresa detém são mensurados ao custo ou custo amortizado, e incluem os seguintes activos e passivos:

Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Geralmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Geralmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

ii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros detidos pela Empresa são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados negativamente.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração de resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

iii) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Qu

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

3.11 Participações financeiras

As participações financeiras em participadas na qual a Empresa não exerce o controlo nem influência significativa são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas por imparidade. Os dividendos atribuídos pelas empresas participadas são reconhecidos como rendimento do exercício quando se estabelece o direito ao respectivo recebimento por parte da Empresa.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.12 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” tem a seguinte composição:

	2018	2017
Numerário	2.557	3.118
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
Depósitos à ordem (a)	1.210.326	1.211.339
Depósitos a prazo (b)	0	400.000
Outros depósitos (c)	854.074	842.771
Caixa e depósitos bancários	2.066.957	2.457.228
Fundos recebidos de clientes (a)	(595.166)	(1.002.529)
Depósitos a prazo (b)	-	(400.000)
Caixa e seus equivalentes	1.471.791	1.054.699

(a) Em 31 de Dezembro 2018 e 2017, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2018	2017
Fundos recebidos de clientes (Nota 24.1)	595.166	1.002.529
Fundos da actividade operacional	615.160	208.810
	1.210.326	1.211.339

A rubrica de “Fundos recebidos de clientes” diz respeito a fundos recebidos de clientes para pagamentos de apólices de seguros. Consequentemente, não foram considerados como caixa e seus equivalentes para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa.

(b) Em 31 de Dezembro de 2018 não estavam constituídos Depósitos a prazo.

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de depósitos a prazo diz respeito a um depósito a prazo numa instituição financeira nacional com vencimento em 12 de Janeiro de 2018, à taxa de 0,2%. Por ter vencimento superior a três meses, este depósito foi retirado de caixa e seus equivalentes para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

(c) A rubrica “Outros depósitos” refere-se a contratos de seguro de Vida Investimento, que podem ser resgatados em qualquer momento sem penalização do capital aplicado e da rentabilidade.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2018			
	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	173.987	177.333	351.319
Aquisições	-	30.423	30.423
Abates (venda)	(29.284)	-	(29.284)
Saldo final	144.703	207.756	352.459
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	88.694	136.189	224.883
Depreciações do exercício	22.177	25.961	48.138
Abates (venda)	(29.284)	-	(29.284)
Saldo final	81.588	162.150	243.738
Activo líquido	63.115	45.606	108.721
2017			
	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	234.137	135.276	369.413
Aquisições	-	42.056	42.056
Abates (venda)	(60.150)	-	(60.150)
Saldo final	173.987	177.332	351.319
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	92.141	113.421	205.562
Depreciações do exercício	29.396	22.768	52.164
Abates (venda)	(32.843)	-	(32.843)
Saldo final	88.694	136.189	224.883
Activo líquido	85.293	41.143	126.436

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Cu

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos investimentos financeiros, foi o seguinte:

	2018	2017
Investimentos Noutras empresas		
Participações de Capital (a)	601	601
Outros investimentos financeiros:		
Detidos até à maturidade (b)	300.000	-
Outros investimentos Financeiros (c)	3.203	1.797
	<u>303.804</u>	<u>2.399</u>

- (a) "Participações de capital" - A Empresa detém uma participação de 20% do capital social da sociedade de direito Espanhol denominada Del Moral & Chivite Y Asociados, S.L. ("Del Moral & Chivite") no montante de 601 Euros.
- (b) Em Dezembro de 2018 foram investidos 300.000 Euros na aquisição de 6 unidades de participação no Fundo de Investimento *BlueCrow Innovation Fund II, FCR*.
- (c) A rubrica Outros investimentos financeiros é relativa a fundos de compensação do trabalho, FCT.

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria colectável. A tributação é acrescida de Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 22,5%. A Empresa enquadra-se nos limites que permitem a classificação de Pequena e Média Empresa (PME), a taxa para os primeiros 15.000 euros de matéria coletável é de 17%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

O gasto com impostos sobre o rendimento, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, tem a seguinte composição:

	2018	2017
Resultado antes de imposto	1.355.245	1.105.266
Taxa nominal do imposto	22,5%	22,5%
	304.930	248.685
Efeito da taxa reduzida	(600)	(600)
	304.330	248.085
Diferenças permanentes	(3.469)	2.738
Tributação autónoma	9.607	9.032
Imposto corrente (nota 15)	310.468	259.855
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>310.468</u>	<u>259.855</u>

Cu.

Handwritten signatures and initials: C2, #, 4

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Em Dezembro de 2018 foram adquiridas por 300.000 euros 6 unidades de participação no Fundo *BlueCrow Innovation Fund II*, FCR.

Este fundo tem como política investir em sociedades e projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D). Deste modo, a Administração da Costa Duarte entende que o investimento realizado na *BlueCrow Innovation Fund II*, FCR é elegível no âmbito do SIFIDE II (Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento). Assim até Maio de 2019 a sociedade irá candidatar-se a um benefício fiscal no âmbito do Sifide II que dependerá de aprovação da Agência Nacional de Inovação, S.A..

9. CLIENTES E OUTROS CREDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de clientes e outros créditos a receber têm a seguinte composição:

CLIENTES E OUTROS CREDITOS A RECEBER

	2018			2017		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Cientes, conta corrente:						
Tomadores de seguro (Nota 24.1)	199.624		199.624	457.372		457.372
Outros serviços (Nota 24.1)	4.859	9.840	14.699	17.529	-	17.529
	<u>204.482</u>	<u>9.840</u>	<u>214.322</u>	<u>474.901</u>	<u>-</u>	<u>474.901</u>
Outros créditos a receber:						
Saldos a receber de Seguradores (Nota 24.1)	53.393		53.393	210.204		210.204
Saldos a receber de Fornecedores	213		213	1.657		1.657
Devedores por acréscimos de rendimentos	-		-	380		380
Outros devedores	2.071	-	2.071	13.500	-	13.500
	<u>55.677</u>	<u>-</u>	<u>55.677</u>	<u>225.741</u>	<u>-</u>	<u>225.741</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 foi constituída uma Perda por imparidade, devido ao risco de incobrabilidade, correspondente à totalidade da dívida de um cliente que tem pendente um Processo Especial de Revitalização (PER).

Os créditos vencidos são referentes a Novembro e a Dezembro de 2017, cujo valor total ascende a 9.840 Euros.

10. DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Diferimentos" do activo, tem a seguinte composição:

	2018	2017
Rendas	12.259	10.945
Seguros pagos antecipadamente	24.507	5.538
	<u>36.765</u>	<u>16.483</u>

11. CAPITAL E RESERVAS

Capital: Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o capital encontra-se integralmente subscrito e realizado, representado por 24.600 acções com o valor nominal de cinco Euros cada, sendo o seu montante de 123.000 Euros, detido a 90% pela CRE SGPS, SA e os restantes 10% por outras pessoas singulares.

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta

cu

G2
#

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Estas reservas encontram-se disponíveis para distribuição.

Aplicação dos resultados: Conforme deliberação tomada em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 29 de Março de 2018, foi decidido aplicar o resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 no montante de 845.411 Euros, como segue:

Distribuição de dividendos	799.500
Resultados transitados	45.911
	<u>845.411</u>

Adicionalmente, conforme deliberado em Assembleia Geral da Empresa realizada em 31 de Março de 2017, foi decidido aplicar o resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, no montante de 547.274 Euros, como segue:

Distribuição de dividendos	516.600
Resultados transitados	30.674
	<u>547.274</u>

12. DIVIDENDOS

Os dividendos referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, atribuídos aos acionistas ascenderam, de acordo com as deliberações da Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2018 e 31 de Março de 2017, a 799.500 Euros e 516.600 Euros, respetivamente.
O seu pagamento ocorreu em Março de 2017 e Março de 2018, respetivamente.

Os dividendos relativos a 2018 estão sujeitos à aprovação dos accionistas em Assembleia Geral, não tendo sido incluídos como passivo nas demonstrações financeiras anexas.

13. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Compromissos perante administradores e empregados admitidos anteriormente a 1995

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus administradores e empregados admitidos na atividade seguradora antes de 22 de Junho de 1995, prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice. Estas prestações, crescentes com o número de anos de serviço, são atribuídas sob a forma de renda vitalícia mensal (14 meses) na data normal de reforma, de acordo com os benefícios previstos pelo contrato colectivo da indústria seguradora. As responsabilidades por estes pagamentos foram transferidas para um segurador, para onde se efectuam as necessárias contribuições para cobrir integralmente as responsabilidades, (Nota 3.9).

A Empresa adoptou como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades por pagamento de complementos de pensões de reforma, os critérios consagrados na "NCRF 28 – Benefícios dos empregados".

Em 23 de Dezembro de 2011, foi assinado um novo Contrato Colectivo de Trabalho para a actividade Seguradora e publicado no início de 2012 que alterou a forma de cálculo dos complementos de reforma, substituindo o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato, pela constituição de um Plano Individual de Reforma ("PIR") de contribuição definida para cada colaborador, em que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados calculados a 31 de Dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respectivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respectivo plano individual de reforma.

O movimento ocorrido neste plano, foi o seguinte:

Qu.

G2

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

	2018	2017
Valor inicial do fundo	409.256	385.933
Contribuições efectuadas pela Empresa (Nota 19)	14.612	15.758
Valorização do fundo	8.040	7.565
Valor final do fundo	431.907	409.256

Contribuição definida para todos os administradores e empregados

Em resultado da alteração do Contrato Colectivo de Trabalho da indústria seguradora, foi eliminada a responsabilidade da Empresa pelo pagamento de complemento de pensões de reforma para os trabalhadores admitidos posteriormente a Junho de 1995. A Empresa optou pela constituição de um plano de contribuição definida para todos os seus administradores e empregados, determinada em função das remunerações vigentes e antiguidade na actividade seguradora. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Empresa efectuou contribuições de 110.000 Euros e 85.000 Euros, respetivamente, para o referido plano, sendo que, naquelas datas, o valor do seu património ascende a 1.518.628 Euros e 1.382.081 Euros, respetivamente. Assim, naqueles exercícios o movimento ocorrido neste plano, foi o seguinte:

	2018	2017
Valor inicial do fundo	1.382.081	1.272.463
Contribuições efectuadas pela Empresa (Nota 19)	110.000	85.000
Valorização do fundo	26.548	24.618
Valor final do fundo	1.518.628	1.382.081

14. FORNECEDORES E OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” têm a seguinte composição:

	2018	2017
Fornecedores, conta corrente:		
Seguradores (Nota 24.1) (a)	279.765	797.641
Outros	16.465	22.806
	296.230	820.447
Outras dívidas a pagar:		
Cientes c/corrente (Nota 24.1)	81.980	258.505
Remunerações a pagar ao pessoal	25	57
Fornecedores de investimentos	-	8.477
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	298.652	297.185
Gratificações a liquidar	160.000	116.031
Fornecimentos e serviços externos	262.785	217.064
Credores diversos:		
Empresas do grupo e relacionadas (Nota 16)	80.979	97.117
Outros credores	4.429	102.860
	888.851	1.097.296

- (a) Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, estes montantes diziam respeito a recebimentos de tomadores de seguros nos últimos dias do ano, os quais não haviam sido, ainda, entregues aos seguradores.

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os saldos a pagar ao Estado e outros entes públicos têm a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

	2018	2017
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
Estimativa de imposto (Nota 8)	310.468	259.855
Pagamentos por conta	(222.975)	(157.413)
Retenção na fonte	(102)	(86)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	32.844	33.025
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.810	16.524
Contribuições para a Segurança Social	43.818	43.532
Outros	140	122
	<u>166.003</u>	<u>195.559</u>

16. PARTES RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e as transações efetuadas com empresas do Grupo e relacionadas durante os exercícios findos naquela data, são os seguintes:

Empresa	2018		2017	
	Saldos		Saldos	
	Outros devedores	Outros credores (Nota 14)	Outros devedores	Outros credores (Nota 14)
Luso Solutions SGPS, SA	-	-	11.452	-
Inter Risk Angola, SA	-	80.979	-	97.117
		<u>80.979</u>	<u>11.452</u>	<u>97.117</u>

As operações realizadas com as empresas supra referidas, estão relacionadas com a actividade normal da Empresa.

17. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços reconhecidas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, têm a seguinte composição:

	2018	2017
Comissões (Nota 24.1)	5.081.787	4.544.342
Mercado interno	4.617.091	4.185.011
Mercado externo	464.696	359.331
Outras prestações de serviços (Nota 24.1) (a)	102.259	144.227
Mercado interno	102.259	144.227
	<u>5.184.046</u>	<u>4.688.569</u>

(a) As outras prestações de serviços dizem respeito, fundamentalmente, a honorários relativos a serviços de consultoria de corretagem de seguros.

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS:

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, tem a seguinte composição:

cu

Handwritten signature and initials.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

	2018	2017
Trabalhos especializados	222.376	213.569
Publicidade e propaganda	20.412	17.895
Honorários	85.953	74.186
Comissões	158.777	151.623
Conservação e reparação	8.862	9.322
Material de escritório	19.207	13.129
Electricidade	12.563	13.813
Combustíveis	38.924	38.509
Deslocações e estadas	60.442	64.802
Transporte de pessoal	12.426	9.620
Rendas e alugueres	219.061	205.729
Comunicação	47.247	49.824
Seguros	22.599	20.996
Despesas de representação	38.299	26.263
Limpeza higiene e conforto	14.036	12.887
Outros	16.599	19.106
	<u>997.782</u>	<u>941.273</u>

19. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, tem a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	462.133	483.499
Remunerações do pessoal	1.525.203	1.389.246
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida (Nota 13)	124.612	100.758
Compensação Rescisão contrato	23.100	21.600
Encargos sobre remunerações	428.433	418.521
Seguros	51.034	43.482
Gastos de acção social	38.375	17.395
Outros	7.315	4.560
	<u>2.660.206</u>	<u>2.479.061</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o número médio de empregados foi de 52.

20. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, tem a seguinte composição:

	2018	2017
Alienação de Activos fixos tangíveis	8.500	4.850
Correções relativas a exercícios anteriores	3.040	-
Outros	95	75
	<u>11.636</u>	<u>4.925</u>

21. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, tem a seguinte composição:

Gua

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

	2018	2017
Impostos	88.185	82.336
Donativos	37.537	34.280
Quotizações	8.500	5.000
Regularizações relativas a exercícios anteriores	-	3.886
Outros	1.577	2.059
	<u>135.800</u>	<u>127.561</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Impostos” diz respeito, fundamentalmente a Imposto do Selo sobre comissões recebidas.

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, têm a seguinte composição:

	2018	2017
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito	27	723
De outras aplicações	11.303	11.108
	<u>11.330</u>	<u>11.831</u>

23. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, foi determinado como segue:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	1.044.777	845.411
Número de acções (Nota 11)	24.600	24.600
Resultado por acção	<u>42,47</u>	<u>34,37</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, não existem quaisquer efeitos diluidores, pelo que o resultado diluído por acção é idêntico ao resultado básico por acção.

24. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS24.1 Prestação do serviço de mediação de seguros

Nos termos no n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de Dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respectiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

Esta informação é divulgada pela Empresa nas Notas 3.3, 3.5 e 3.6.

b) Total de remunerações recebidas desagregadas por tipo

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as remunerações foram integralmente recebidas em numerário (compensação em prestação de contas) e decompõem-se como segue:

Am

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

	2018	2017
Comissões (Nota 17)	5.081.787	4.544.342
Honorários - Serviços de consultoria (Nota 17)	102.259	144.227
Total de remunerações recebidas	5.184.046	4.688.569

c) Total de remunerações relativas a contratos de seguro intermediados desagregados por Ramo e por Origem

As remunerações recebidas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, apresentam a seguinte composição:

	Ramo Vida	Não Vida	Total (Nota 24.1 m))
Comissões			
Empresas de seguros	139.441	4.865.234	5.004.675
Corretores	231	76.881	77.111
	139.672	4.942.115	5.081.787

As remunerações recebidas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, apresentam a seguinte composição:

	Ramo Vida	Não Vida	Total (Nota 24.1 m))
Comissões			
Empresas de seguros	145.446	4.286.337	4.431.783
Corretores	567	111.992	112.559
	146.013	4.398.329	4.544.342

Os montantes apresentados no quadro acima correspondem a faturas de comissões emitidos às empresas de seguros e corretores, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

d) Níveis de concentração

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, nenhuma entidade (empresa de seguros ou mediador) representou um montante igual ou superior a 25% dos proveitos totais recebidos pela Empresa.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes (Nota 4) e a sua movimentação durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, foram os seguintes:

	2018	2017
Saldo da conta "Clientes" no início do exercício (Nota 4)	1.002.529	491.354
Movimento do ano (débito)	38.216.171	35.686.301
Movimento do ano (crédito)	(38.623.533)	(35.175.125)
Saldo da conta "Clientes" no final do exercício (Nota 4)	595.166	1.002.529

f) Valores dos créditos a receber e dívidas a pagar

Esta informação encontra-se detalhada, relativamente aos créditos a receber na Nota 9 – Clientes e outros créditos a receber e relativamente às dívidas a pagar na Nota 14 – Fornecedores e outras dívidas a pagar.

g) Desagregação dos créditos a receber e dívidas a pagar

Qu.

Handwritten signatures and initials: "F. L.", "G2", and "J." with arrows pointing to specific areas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os créditos a receber e dívidas a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

	2018		2017	
	Créditos a receber	Dívidas a pagar	Créditos a receber	Dívidas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro (Nota 14)	-	279.765	-	797.641
Saldos a serem reembolsados pelas empresas de seguro (Nota 9)	53.393	-	210.204	-
Fundos incluídos nas prestações de contas às empresas de seguros, por cobrar aos tomadores de seguros (Notas 9 e 14)	199.624	81.980	457.372	258.505
Outros Valores de clientes:				
Honorários (Nota 9)	14.699	-	17.529	-
	<u>267.715</u>	<u>361.745</u>	<u>685.105</u>	<u>1.056.146</u>

Os créditos a receber incluem a rubrica de “Clientes” e “Outros créditos a receber”.

As dívidas a pagar incluem as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar”.

h) Ageing e classificação dos créditos a receber

A antiguidade dos créditos a receber vencidas à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é apresentada como segue:

	2018	2017
Até 1 mês	149.917	282.421
De 1 a 3 meses	29.776	7.712
De 3 a 6 meses	11.373	2.231
De 6 meses a 1 ano	5.612	3.101
De 1 a 2 anos	2.946	5.389
	<u>199.624</u>	<u>300.854</u>

i) Descrição de obrigações contingentes

A Empresa prestou garantias bancárias, no montante de 18.760 Euros, respeitantes na sua totalidade, à cobertura dos créditos dos clientes face ao corretor, conforme estipulado pelo n.º 4 do art.º 42.º do Decreto-Lei 144/2006 de 31 de Julho.

j) Aquisição de carteiras de seguros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não adquiriu qualquer carteira de seguros.

k) Cessação de contratos com empresas de seguros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não cessou qualquer contrato com seguradores.

l) Obrigações materiais e passivos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, não existem obrigações materiais, para além das mencionadas na Nota 13 – Responsabilidades por Benefícios de Reforma. Adicionalmente, não existem passivos contingentes pendentes de divulgação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de Dezembro, a Empresa, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Empresa representam pelo menos 5% do valor total das remunerações auferidas:

	2018			
	Ramo		Total (Nota 24.1 c))	%
	Vida	Não Vida		
Fidelidade - Companhia Seguros	12.164	1.066.745	1.078.908	21,23%
Seguradoras Unidas (Tranquilidade)	25.891	861.740	887.631	17,47%
Companhia Seguros Allianz Portugal	2.637	587.863	590.500	11,62%
Ocidental Cª. Portuguesa de Seguros	513	403.504	404.017	7,95%
Zurich Insurance	1.632	297.442	299.074	5,89%
Outros inferiores a 5%	96.834	1.724.822	1.821.656	35,85%
	<u>139.672</u>	<u>4.942.115</u>	<u>5.081.787</u>	<u>100,00%</u>

	2017			
	Ramo		Total (Nota 24.1 c))	%
	Vida	Não Vida		
Fidelidade - Companhia Seguros	2.515	1.113.613	1.116.128	24,56%
Seguradoras Unidas (Tranquilidade)	29.430	611.470	640.900	14,10%
Companhia Seguros Allianz Portugal	3.063	519.101	522.164	11,49%
Ocidental Cª. Portuguesa de Seguros	-	292.238	292.238	6,43%
Zurich Insurance	-	256.721	256.721	5,65%
Outros inferiores a 5%	111.005	1.605.186	1.716.191	37,77%
	<u>146.013</u>	<u>4.398.329</u>	<u>4.544.342</u>	<u>100,00%</u>

n) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Na qualidade de corretores a Empresa tem poderes de cobrança junto de todas as empresas de seguros. No acto do recebimento dos prémios dos tomadores de seguro, entrega o correspondente recibo emitido pelo segurador.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Chalms

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

J. L.
João T. Costa
Calvin Emancipado



BAKER TILLY

R.de Guerra Junqueiro, 171
4150-388 Porto, Portugal

T: +351 22 6053725
F: +351 22 6053727

www.bakertilly.com.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da Costa Duarte – Corretor de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Costa Duarte – Corretor de Seguros, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2018, as demonstrações dos resultados por naturezas, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluído. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 3 de abril de 2019

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por Luis Guilherme e Noronha e Távora Pinheiro Torres

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

Sede: Edifício Taurus, Campo Pequeno, 48 – 5º Esq. 1000-081 Lisboa, Portugal | Escritório no Porto: Rua Guerra Junqueiro, 171, 4150-388 Porto | Escritório em Leiria: Galerias Eurosol, Rua D. José Alves Correia da Silva, 2414-010 Leiria

MT



BAKER TILLY

R.de Guerra Junqueiro, 171
4150-388 Porto, Portugal

T: +351 22 6053725
F: +351 22 6053727

www.bakertilly.com.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Costa Duarte – Corretor de Seguros, S.A. (Empresa), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.786.247 Euros e um total de capital próprio de 1.435.163 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.044.777 Euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Costa Duarte – Corretor de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O conselho de administração é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística; elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

Sede: Edifício Taurus, Campo Pequeno, 48 – 5º Esq. 1000-081 Lisboa, Portugal | Escritório no Porto: Rua Guerra Junqueiro, 171, 4150-388 Porto | Escritório em Leiria: Galerias Eurosol, Rua D. José Alves Correia da Silva, 2414-010 Leiria

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo conselho de administração; (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo conselho de administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 3 de abril de 2019



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por Luis Guilherme e Noronha e Távora Pinheiro Torres



COSTA DUARTE

CORRETOR DE SEGUROS

Gerações de Confiança

PORTUGAL

Lisboa

Av. António Augusto Aguiar, 130-4.º

1050-020 Lisboa

Tel.: +351 213 504 440

Fax: +351 213 504 443

E-mail: geral@costaduarte.pt

Porto

Aviz Trade Center

Rua Eng. Ferreira Dias, 924, 1.º, E14

4100-246 Porto

Tel.: +351 220 034 300

Fax: +351 220 034 391/393

www.costaduarte.pt